

A universidade não é uma empresa

Jéssica de Fátima Rossone Alves e Wander de Souza Dias Guerra¹

Um par de anos na luta contra a Covid-19 produziu vulnerabilidades e revelou adversidades, deixando expostas aquelas pessoas que têm comprometimento e envolvimento com a educação libertadora, e que estavam nos ambientes acadêmicos buscando novas oportunidades, possibilidades e aprendizados, num quadro generalizado de inquietude, ansiedade, medo e insegurança. Como o ensinar, o educar e o aprender se transformaram ao longo destes meses e o que isso significa em termos sociais, econômicos, políticos e territoriais?

Envolvidos pelo sentimento de que as coisas nunca mais voltarão a ser como antes, recentemente presenciamos momentos de discussão sobre as reais condições de retorno às atividades presenciais nas universidades públicas, tendo em vista, em muitos casos, imposição por ordem judicial na qual aqueles que ordenam estão baseados na abertura de outras atividades econômicas e pressionados por posturas de agentes políticos conservadores e negacionistas. Esses momentos têm se tornado debates acalorados, com controvérsias, posturas polêmicas e discursos que, em alguns casos, dão a entender que as disputas estão perdidas para o saber engajado. As vozes se alteram, os ânimos estremecem e os que comumente deliberam abstém-se diante de tantas incertezas.

O que envolve morte e vida, independentemente do que quer que estas condições da existência signifiquem para cada um de nós, merece respeito. O que dizer então se, nas condições sanitárias observadas atualmente no Brasil, presenciamos o despreparo para tal retorno? Como as instituições públicas de ensino poderão disponibilizar e manter seus espaços seguros contra Covid-19? Vale lembrar que, muito além de salas de aula, esses espaços são também secretarias, laboratórios, bibliotecas, auditórios, ginásios, restaurantes... são variados institutos, centros e núcleos pelos quais as pessoas circulam, muitas das vezes utilizando transporte coletivo - outro espaço que pode propiciar a transmissão do temido vírus.

Tomamos por exemplo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com campus espalhados por todo estado do Rio de Janeiro, mas que tem na Cidade Universitária seu principal pólo, o retorno das aulas se torna especialmente complexo. Sendo basicamente um bairro no Rio de Janeiro, o retorno das aulas presenciais implica em uma movimentação de dezenas de milhares de pessoas. Vale dizer, que a expressão territorial da pandemia pode ser vista no deslocamento de pessoas por meio de transportes coletivos. Quase 30% dos alunos da UFRJ, além de funcionários, técnicos e demais

trabalhadores, residem fora da cidade do Rio de Janeiro, o que necessariamente faz com que os deslocamentos diários demandem baldeações, ônibus lotados, etc. Além disso, os níveis de vacinação variam de município para município, o que implica numa desigualdade da cobertura e a possibilidade de novos surtos, ainda que o número global esteja em queda.

Assim como na UFRJ existem tantas outras instituições agonizando neste momento, considerando o retorno compulsório, haja vista os já conhecidos problemas de infraestrutura, os cortes nos orçamentos e as sérias imposições e intimidações que afligem quem compõe os quadros gestores. Por fim, há ainda essa questão que apavora muita gente: e se o simples ato de frequentar as instalações universitárias puder contribuir para o desfecho de uma vida por Covid-19?

Por outro lado, há uma compreensão estatística da pandemia na qual o foco se torna o montante de pessoas infectadas/mortas por Covid-19. A lógica que orienta esse entendimento faz vibrar se hoje a quantidade de infectados/mortos é menor que ontem, mesmo que hoje alguém ainda seja infectado ou morra em decorrência da doença. Talvez seja um subterfúgio para quem já não consegue mais lidar com a carga psíquica neste ensaio de queda do céu - como diria o xamã Davi Kopenawa Yanomami - que vivenciamos; talvez seja o otimismo e a certeza do papel da ciência no combate à pandemia. Talvez ambos. Nenhuma destas possibilidades, porém, justifica arriscar uma vida sequer quando do retorno às atividades presenciais.

Na ocasião em que, em um desses momentos de discussão, foi dita a sentença "a universidade está se comportando como uma empresa", a espontaneidade do pensamento nos levou à relação entre a experiência vivida e a concepção de *neoliberalismo escolar* - quando há a perda do sentido do saber, há a produção de capital humano à serviço das empresas, o conhecimento é visto como fator de produção; quando a educação vai deixando de ser um bem comum, público, para tornar-se mercadoria (Laval, 2020). Foi então que, tomando partido naquilo que nos envolve, consideramos trazer a seguinte questão para quem lê o Boletim: seria a premência do retorno presencial em meio à pandemia um aspecto do neoliberalismo no ambiente universitário?

Como referência temos *A escola não é uma empresa (2020)*, obra do francês Christian Laval cujo título poderia encerrar o objetivo com esses escritos. Apesar de fundamentar-se na experiência da França para abordar o tema, em prefácio à edição aqui tratada o próprio autor coloca o Brasil na vanguarda da escola neoliberal. Nesta obra, reitera a responsabilidade do neoliberalismo na degradação das condições de vida e de trabalho, mas vai além e evidencia o seu papel na degradação das instituições educacionais, universitárias e científicas, argumentando que o neoliberalismo perpassa as mudanças nas

políticas públicas de educação na atualidade. Por isso, uma vez que organismos financeiros têm cada vez mais legitimidade sobre as políticas públicas, é preciso levar em consideração o deslocamento do poder simbólico e político para os novos centros de produção do discurso legítimo sobre o que se entende por instituição educacional.

Este movimento não é algo recente no Brasil, mas vem se desenvolvendo desde as reformas educacionais do final do século passado e início deste, que têm relação com o incentivo à especialização, ao ensino profissionalizante e técnico voltado para a atuação em setores específicos da economia brasileira; à instituição de exames e processos seletivos em larga escala, ao invés de considerar processos próprios e dignos da realidade em cada região; à promoção da educação à distância como alternativa equiparável àquela presencial, desconsiderando muitas das vezes os obstáculos relacionados ao acesso à determinadas tecnologias e a diversidade cultural no território brasileiro; e sobretudo à maior abertura para a iniciativa privada atuar na educação, entre outros aspectos.

Nas universidades brasileiras, ambientes nos quais até o início da pandemia de Covid-19, parecia preponderar o senso crítico em relação a este movimento de neoliberalização, há agora um impasse envolvendo “negações múltiplas”, assim como observou Laval quando pesquisava o processo na França. Uns se agarram a ideia de que o campo educacional permanece o mesmo, outros resistem a todo e qualquer movimento neoliberalizante, e há ainda aqueles que tensionam uma tal *modernização* visando *eficiência e competitividade* para a produção científica. Todas são formas de negação: uns não vêem, outros não querem ver, e por fim, há ainda aqueles que não se sentem suficientemente contemplados com o que estão vendo acontecer. Aos que negam, é imprescindível saber que o reconhecimento do neoliberalismo na educação passa: i) pela identificação de mudanças na gestão das instituições educacionais, ii) pela aplicação de lógicas econômicas à pedagogia e iii) pela generalização da concorrência no setor da educação, seja entre sistemas, entre instituições ou entre indivíduos. É aí, inclusive, que se evidencia a importância do conceito de *capital humano* e certa banalização da expressão *recursos humanos*.

Na experiência mencionada anteriormente e em algumas outras, este reconhecimento se faz possível. Observamos gestões esgotadas, enfraquecidas, receosas, extremamente afetadas pelas condições da pandemia de Covid-19 e, por isso, um tanto suscetíveis. É num quadro como este, de carência em infraestrutura e cortes nos orçamentos, que se faz o espaço para compensações, investimentos e fontes privadas de financiamento, em geral, que são primordiais para a consolidação da educação vista como mercadoria. Abrem-se assim as portas para o aprofundamento da neoliberalização até em espaços cuja essência é a crítica.

Observamos também os argumentos levados às discussões, nas quais alguns reivindicam por outros, tensionando uma certa vivência universitária que certamente não será mais como antes. (Nós, inclusive, reaceamos dizer que) este não é momento de enriquecer o corpo discente com experiências do passado, mas sim de reconhecer as suas próprias experiências de vida e oferecer todo suporte necessário para que o presente seja vivido com dignidade.

Observamos, por fim, como a lógica da concorrência se faz presente no produtivismo acadêmico e como a ideologia da profissionalização afeta as políticas voltadas à educação que, aos poucos, se transformam em políticas de adaptação ao mercado de trabalho. Fomos nos transformando, ao longo do tempo, em currículos na Plataforma Lattes? Seria então a universidade uma empresa formadora?

Por outro lado, vemos a desigualdade acentuada entre quem tem e quem não tem condições de vivenciar a experiência do ensino remoto e as implicações que esse modelo terá na formação dessas pessoas. Também vemos que a pandemia de Covid-19 evidenciou outros elementos relacionados à vida acadêmica que reforçam as diferenciações de classe, de gênero e de raça. Ainda que, a partir de 2021, mães pesquisadoras possam registrar o período de licença-maternidade no currículo do diretório CNPq, estas ainda seguem sobrecarregadas se desdobrando entre atividades acadêmicas, domésticas e relacionadas ao cuidado de filhos, uma vez que tal menção no currículo ainda está aquém de todo o aporte merecido. A maternidade vai muito além do período que hoje se permite inserir no currículo e, nesta pandemia, além dos cuidados considerados comuns, a maternidade também esteve relacionada com a gestão da educação das/os filhas/os via ensino remoto. O componente classista e racial fica evidente no aumento do desemprego que fez com que jovens tivessem que buscar novas formas de garantir sustento para suas famílias, muitas das vezes abandonando os estudos.

Tememos o discurso do retorno presencial a qualquer custo. Obviamente, vale ressaltar o medo de que o ambiente universitário concreto se perca e, de algum modo, o ambiente universitário virtual se estabeleça de vez com cursos completamente *online*. Isso significaria o aumento da jornada de trabalho dos profissionais da educação e a imposição de normas pedagógicas que, ao longo do tempo, dariam para as aulas e demais atividades universitárias a forma de produtos pedagógicos comercializáveis. Estes então sairiam do controle de seus próprios produtores e, tomados no formato de mercadoria, passariam a circular como propriedades de determinada instituição de ensino, o que seria, no mínimo, angustiante. No entanto, reconhecemos que este é também um dos traços do neoliberalismo no âmbito universitário, que não precisa ser compensado com medidas de tendência igualmente neoliberais.

O que Laval (2020, p. 185) chamou de mercado de ensino, “um dispositivo social oficioso de autosseleção que, por trás da argumentação falaciosa da racionalidade do interesse próprio, propicia a seleção social e étnica dos alunos em sociedades hierarquizadas que se caracterizam por ter uma escola de massa e valores que impedem uma segregação oficial escancarada”, precisa ser debatido, questionado e contrariado.

Por tudo isso, questionamos: seria esta então uma estratégia dos agentes do neoliberalismo - mudar o funcionamento do sistema educacional por meio de medidas isoladas, de modo que só adquirem sentido quando relacionadas umas às outras, como aqui pretendemos fazer? E aproveitar-se dos momentos de crise para agudizar a mercadização da educação? Nesse sentido, dado o prelúdio de apocalipse deflagrado pela Covid-19, vemos de forma cristalina aquilo que Brenner, Peck e Theodore chamam de neoliberalização zumbi, onde se arraigam ainda mais “projetos de neoliberalização como “soluções” putativas a dilemas regulatórios persistentes em escalas, territórios e contexto”.

Propomos aqui uma ou outra chave de interpretação para engajar o debate, almejando alcançar colegas do Instituto, certos de que há incômodos parecidos com os nossos e que provavelmente há o interesse na interlocução.

Sobre a referência:

Que nos perdoem os arraigados às normas técnicas, porém aqui queremos dizer apenas que estes escritos têm como base a reedição da obra *A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público*, publicada pela Editora Boitempo em julho de 2020, compondo a Coleção Estado de Sítio. Foram 1.500 exemplares no total.

A capa tem tons de azul e cinza. A arte de Heleni Andrade, feita com base em fotografias que retratam clássico ambiente escolar, mostra crianças em uma sala de aula tradicional, todas em suas carteiras, com exceção de uma delas que, com a mão direita, escreve no quadro. Aí foram inseridos alguns cifrões, motivo pelo qual tende-se a pensar que se trata de uma alusão ao conhecimento como um ativo financeiro.

A orelha do livro é de Afrânio Catani, que em breves palavras pontuou sobre a lógica da educação como mercadoria, na qual: “comando” é “mobilização”; “autoridade” é “suporte”; “supervisionar” é “ajudar”; “impor” é “convencer”; “dirigir” é “motivar”, sobretudo “educar”. Todos eufemismos da “gestão participativa” onde o “poder” é “pilotagem” e os gestores são “pilotos que devem obter a adesão a um projeto”.

O prefácio a esta segunda edição brasileira começa com a assertiva do próprio autor: “Este livro tem história.” É por aí que Laval relaciona o conteúdo abordado com a realidade brasileira, constatando que o conceito de *neoliberalismo escolar*, à princípio questionado até mesmo entre seus pares no início dos anos 2000, na França, acabou se tornando potente embasamento para a contestação de processos em outros lugares do mundo que conhecemos tendo, inclusive, efeito político e contribuindo para a objeção de certos projetos.

E por falar em projeto, esta tiragem, por sua vez, tem em sua última página uma fotografia do então Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, em apresentação do Projeto Future-se, em Brasília - projeto no qual empreendedorismo, autonomia financeira e governança são lemas, enquanto perseguição, exclusão e desmonte são consequências, conforme pudemos perceber ao longo dos últimos anos.

Como se nota, não se trata de um montão de amontoado de coisa escrita, mas de livro singular, o qual, ao menos aqui, não conseguimos descrever nem mesmo referenciar apenas por SOBRENOME, Nome. *Título*. Edição. Cidade: Editora, Ano de publicação.

¹ Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR/IPPUR/UFRJ).